PLANEJAMENTO TURÍSTICO EM CIDADES EDUCADORAS: A VALORIZAÇÃO DAS PRAÇAS FRENTE AOS DESAFIOS CLIMÁTICOS

Ariane Ferreira Clavijo [1]
Francielle de Lima [2]
Luciane Todeschini Ferreira [3]

1. INTRODUÇÃO

Em um contexto marcado por uma intensificação de eventos climáticos extremos, torna-se imprescindível que diferentes áreas do conhecimento contribuam com diferentes proposições que tornem os espaços urbanos mais resilientes, inclusivos, educativos e sustentáveis, enfim mais hospitaleiros.

As praças são muito mais do que simples espaços delimitados no tecido urbano; constituem-se o "coração" pulsante das cidades, locais de encontros, convivência e expressão da vida coletiva. Para que cumpram efetivamente esses papéis, não basta que estejam formalmente instituídas no território, é fundamental que disponham de manutenção adequada, iluminação, segurança e condições de uso qualificadas, ou seja, que recebam atenção dos órgãos gestores, um dos vértices do Corpo Coletivo Acolhedor (CCA) – representação do próprio acolhimento da cidade (Santos et al., 2014). Quando degradadas, essas áreas tendem a produzir efeitos contrários à sua função social, afastando seus frequentadores e tornando-se potenciais focos de insegurança.

Importante ressaltar que as cidades precisam estar aptas a acolher tanto seus cidadãos quanto visitantes e turistas. Nesse processo, a praça assume um papel simbólico central de acolhimento, dialogando diretamente com o conceito de hospitalidade proposto pelas pesquisadoras (Santos et al., 2014), para as quais o acolhimento é relacional, constituindo-se, portanto, em uma responsabilidade social compartilhada.

No âmbito das Cidades Educadoras — aquelas signatárias da Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE) — os espaços públicos, entre eles as praças, são reconhecidos como ambientes que exigem atenção e monitoramento contínuos, uma vez que acolhem públicos diversos e desempenham múltiplas funções. Dessa forma, o poder público municipal (vértice gestor do CCA), ao planejar e qualificar esses espaços, deve considerar aspectos como acessibilidade, cuidado, saúde, convivência, segurança e fruição, favorecendo a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, conforme orienta a Carta das Cidades Educadoras (2020).

Além de promover a convivência e a coesão social, as praças desempenham funções relevantes nas dimensões ecológica e ambiental, contribuindo, por exemplo, para a melhoria do microclima urbano. Nesse contexto, o presente trabalho — que se

[1] Graduanda no Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Turismo – Universidade Federal do Pampa/Unipampa. Bolsista IC-Mulheres na Ciência/PROPPI-Unipampa. E-mail: arianeclavijo.aluno@unipampa.edu.br

[2] Doutora em Turismo e Hospitalidade pela Universidade de Caxias do Sul, RS. Professora Adjunta do Magistério Superior da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, no Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo. E-mail: franciellelima@unipampa.edu.br.

[3] Doutora em Letras pela UFRGS. Professora do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul, RS. E-mail: ltferrei@ucs.br.

constitui como parte de um projeto de pesquisa em andamento — tem por objetivo analisar as dimensões ecológica e ambiental das praças frente aos desafios climáticos, evidenciando a relevância do planejamento turístico no contexto das Cidades Educadoras, à luz do conceito de hospitalidade coletiva.

2. METODOLOGIA

Metodologicamente, adotou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa e caráter exploratório, estruturada a partir de uma revisão bibliográfica e documental. O quadro teórico fundamentou-se nos princípios da Carta das Cidades Educadoras (AICE) e em referenciais de hospitalidade coletiva, em especial o construto teórico do Corpo Coletivo Acolhedor, articulando-os ao planejamento turístico e à gestão de áreas verdes urbanas (AVU).

Para atender ao objetivo proposto, configurou-se como um dos focos de análise a funcionalidade das praças não apenas como espaços de lazer, mas como ativos de infraestrutura verde importantes ao enfrentamento dos desafios climáticos (como ilhas de calor e drenagem urbana).

A pesquisa empregou o método interpretativo, considerando os documentos (a carta) e o referencial teórico sobre hospitalidade para a compreensão da questão fulcral que se trata da organização das cidades frente aos desafios climáticos. Como técnica, dentro do método interpretativo, a perspectiva enunciativa bakhtiniana (2009) que vê os denunciadores dentro dos seus contextos de produção e consideradas as condições históricas. A perspectiva metodológica faz aproximação com as diretrizes de planejamento turístico em cidades educadoras, buscando analisar como as praças podem integrar a conservação ambiental à vocação educadora do espaço público, promovendo uma hospitalidade que seja, simultaneamente, acolhedora ao visitante e resiliente para a comunidade local.

3. RESULTADOS

De acordo com Viezzer et al. (2022) “áreas verdes urbanas (AVU) são espaços livres de edificações, com predominância de cobertura vegetal, que geram serviços ecossistêmicos importantes nas cidades, como a melhoria microclimática, a segurança hídrica, e a saúde física e mental dos seus habitantes” (p. 1). A exemplo, as AVU podem incluir ambientes como parques, praças, jardins, bosques, reservas naturais, florestas, dentre outros.

As AVU deixaram de ser apenas uma "decoração" das cidades para se tornarem um direito fundamental associado à saúde pública, à dignidade humana e à justiça ambiental. Esse conceito está ligado ao chamado “Direito à Cidade”, em que o acesso à natureza não deve ser um privilégio de poucos, mas uma infraestrutura básica para todos. Sob essa ótica, as Cidades Educadoras, uma vez que prezam por esse direito, apresentam em sua Carta norteadora, no correspondente ao bloco de ações afetas ao compromisso da cidade, três princípios relativos a esses aspectos: Princípio 11 – Espaço público habitável, Princípio 12 – Adequação dos equipamentos e serviços municipais e Princípio 13 – Sustentabilidade (Carta das Cidades Educadoras, 2020).

De forma resumida, esses princípios destacam que a cidade deve garantir que as pessoas convivam em ambientes em que estética e a natureza estejam em equilíbrio. Para isso, a cidade, considerada na constituição de CCA, deve organizar-se de tal forma que os seus vértices: organismo gestor, serviços e cultura engendrem-se a ponto de permitir que seus mais diferentes espaços e, em especial, as praças,

sejam locais de direito, que reforcem o acolhimento por meio de suas dimensões ecológica e ambiental.

Já o princípio da sustentabilidade, ao reconhecer os limites físicos do planeta e a interdependência entre a vida humana e o ecossistema, ressignifica as praças: de simples áreas de lazer, elas tornam-se infraestruturas vitais. Como redutos do 'bem comum', esses espaços devem priorizar a purificação do ar, a biodiversidade e a resiliência urbana.

Nesse contexto, as cidades — em especial as que são ou se pretendem Educadoras — enfrentam o desafio da hospitalidade sob a ótica da gestão e da cultura (já que se esperam mudanças na forma de agir e de pensar dessas comunidades em relação aos desafios climáticos). A transição 'do concreto ao verde' exige que a arborização deixe de ser encarada como custo de manutenção para ser compreendida como investimento estratégico em infraestrutura e bem-estar. Mais do que gerir recursos, urge repensar a cultura urbana, consolidando os espaços públicos, como as praças, como eixos de resiliência ambiental.

Para consolidar essa mudança, o planejamento urbano deve ecoar os princípios da Carta das Cidades Educadoras e tornar os espaços habitáveis, sustentáveis e, fundamentalmente, pedagógicos.

Considerando que algumas Cidades Educadoras também se constituem como destinos turísticos, cabe aos seus gestores planejar e qualificar esses espaços de modo que a aprendizagem se consolide como uma de suas marcas. Para tanto, o turismo precisa ser compreendido nas suas interfaces, assumindo uma perspectiva educacional, como bem pontua Lima (2022) ao conceituá-lo como

> um fenômeno humano-social que pressupõe o deslocamento de sujeitos motivados/mobilizados para conhecer/aprender o novo, o outro, em experiências relacionais no ou fora do local de convivência cotidiana, em processo de contínua construção, formação e transformação, gerando novas percepções do outro e de si mesmos (p. 34).

Sob essa ótica, o planejamento turístico nas Cidades Educadoras integra-se a políticas públicas que elegem a educação como pilar central. Ao reconhecer os benefícios para as diversas vidas que habitam esses espaços, o turismo de forma intencional pode promover e protagonizar ações pedagógicas de cunho ambiental tanto para residentes quanto para visitantes e turistas. Essa abordagem não apenas cumpre as diretrizes da Carta das Cidades Educadoras, mas também desperta a consciência coletiva sobre o papel vital das praças e áreas públicas no enfrentamento dos desafios climáticos atuais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, as praças desempenham papel estratégico na mitigação dos impactos climáticos e na qualificação da vida nas cidades. Sua relevância reforça a necessidade de integração ao planejamento turístico e às políticas públicas municipais. Ao transversalizar a educação em todas as esferas governamentais, as Cidades Educadoras oferecem diretrizes fundamentais para que esses espaços sejam geridos de forma qualificada e consciente.

Reconhecer as praças como aliadas centrais no enfrentamento das mudanças climáticas – seja pela conservação de recursos naturais, seja pela promoção de

atividades educativas com viés ambiental –, é uma urgência que demanda atenção dos gestores e colaboração interdisciplinar.

No âmbito do planejamento turístico, propõe-se que as cidades atuem como um CCA. O funcionamento articulado de seus vértices (organismo gestor, serviços e cultura) é o que permite estruturar ações de resiliência e de aprendizagem, bem como promover, a curto, médio e longo prazo transformações profundas no "ser, sentir e agir" das comunidades, dos visitantes e turistas.

Mudar esse paradigma exige um esforço compartilhado. Se a educação é o alicerce das transformações estruturais, todos os setores devem se envolver — inclusive o turismo, que encontra nas Cidades Educadoras o cenário ideal para essa mobilização.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo, praça, cidades educadoras, hospitalidade, mudanças climáticas.

REFERÊNCIAS

Associação Internacional de Cidades Educadoras. AICE. (2025). http://www.edcities.org/

Bakhtin, M./Volochinov, V. (2009). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. (M. L. y &. F. V. Trad.). Hucitec.

Carta das cidades educadoras. https://www.edcities.org/wp-content/uploads/2020/11/PT_Carta.pdf

Lima, F. de. (2022). *A dimensão pedagógica intrínseca ao turismo perspectivada na concepção de cidade educadora e na construção de processo de (re)formulação de políticas públicas de turismo com viés pedagógico*. [Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul]. Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. Repositório Institucional UCS. https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/10447/Tese%20Francielle%2 0de%20Lima.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Santos, M. M. C., Perazzolo, O. A., & Pereira, S. (2014). A hospitalidade numa perspectiva coletiva: O Corpo Coletivo Acolhedor. In: Santos, M. M. C., & Baptista, I. *Laços sociais: por uma epistemologia da hospitalidade*. Caxias do Sul: EDUCS, 49-64.

Viezzer, J., Biondi, D., Martini, A., & Scarano, F. R. (2022). Área verde é tudo igual? a importância de se considerar tipologias de áreas verdes urbanas para avaliar seus benefícios em Curitiba. *Paisagem e Ambiente*, 33(49), e192983, 1-17. https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.paam.2022.192983